

# **Avaliação dos Efeitos Econômicos nas Indicações Geográficas da Amazônia: Uma Abordagem Aplicada à Cadeia do Cacau nos Territórios de Tomé-Açu (PA) e Rondônia (RO)**

## **RESUMO**

As Indicações Geográficas têm se consolidado como instrumentos de valorização territorial, diferenciação mercadológica e promoção do desenvolvimento sustentável. Embora o número de registros tenha crescido no Brasil desde a regulamentação em 1996, são escassos os estudos que mensuram seus efeitos econômicos, especialmente na Amazônia. Este estudo analisa os impactos econômicos das IGs de cacau em Tomé-Açu (Pará) e Rondônia, com o objetivo de compreender se e como a certificação influencia produção, mercados e agregação de valor.

## **INTRODUÇÃO**

As IGs certificam origem e autenticidade, conferindo diferencial competitivo e acesso a mercados mais exigentes, dispostos a pagar prêmios de preço que chegam a 30% em relação a produtos não certificados (Bonanno; Russo; Menapace, 2018). Estudos sobre vinhos e azeites reforçam que essa valorização é mais intensa em mercados de alta gama (Wang et al., 2025). Além de gerar renda, atuam como vetores de fortalecimento territorial, estimulando investimentos, cadeias produtivas e desenvolvimento sustentável.

No Brasil, a regulamentação das IGs foi estabelecida pela Lei nº 9.279/1996, sob gestão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que já concedeu mais de 130 registros abrangendo produtos agroalimentares, artesanais e industriais. O cacau amazônico, especialmente em Tomé-Açu e Rondônia, emerge como experiência promissora. Essas regiões desenvolveram sistemas agroflorestais de referência, articulando produção agrícola com preservação ambiental. As conquistas institucionais e organizacionais dos produtores têm permitido a inserção do cacau amazônico em mercados gourmet e premium, conectando qualidade sensorial, sustentabilidade e identidade cultural.

A literatura internacional sobre Indicações Geográficas (IGs) destaca seu papel como instrumentos de valorização econômica, diferenciação mercadológica e fortalecimento territorial. Estudos evidenciam que o selo de origem influencia positivamente a percepção de qualidade, autenticidade e confiança dos consumidores, aumentando sua disposição a pagar (Brandão et al., 2012; Aprile; Caputo; Nayga, 2012; Maró et al., 2023). Esse efeito é observado em diferentes contextos, como vinhos finos no Brasil (Falcão; Révillion, 2010), azeites e carnes na Europa (Bimbo; Bonanno; Viscecchia, 2023), bebidas tradicionais na Hungria (Maró et al., 2023) e carne bovina nos Estados Unidos/México (Garcia et al., 2024). Contudo, a efetividade da IG depende não apenas da certificação, mas também da clareza na comunicação e do nível de informação do consumidor, uma vez que rótulos pouco conhecidos só geram impacto quando explicados adequadamente (Carpenter; Larceneux, 2008; Disdier; Marette, 2013).

Por outro lado, os efeitos socioeconômicos e territoriais das IGs revelam-se heterogêneos. Pesquisas mostram ganhos de renda, acesso a mercados e fortalecimento da governança local (Ingram; Hansen; Bosselmann, 2020; Tok; Çobanoglu; Tunalioglu, 2023; da Cruz; Paes, 2024), mas também apontam limitações quando não há suporte institucional consistente, podendo gerar concentração de benefícios e tensões entre práticas tradicionais e padrões de mercado (Fontefrancesco, 2012; Tregear; Kuznesof; Moxey, 1998). Casos como o do mel branco em Camarões e da pimenta-do-reino no Pará evidenciam que a certificação por si só não garante conservação ambiental nem inclusão produtiva, reforçando a necessidade de governança

robusta e políticas públicas complementares. Assim, a literatura converge ao reconhecer que as IGs constituem instrumentos estratégicos, mas cujo impacto depende das condições territoriais, da articulação coletiva e da integração com estratégias de desenvolvimento sustentável.

Assim, embora a literatura destaque o potencial das Indicações Geográficas para impulsionar o desenvolvimento territorial e valorizar economicamente produtos locais, é necessário reconhecer que os impactos positivos não são automáticos nem homogêneos entre os diferentes contextos. Como advertido por Barjolle, Paus e Perret (2009), os benefícios atribuídos às IGs dependem fortemente da articulação de fatores institucionais, mercadológicos e territoriais, o que implica que territórios com baixa capacidade organizacional ou limitada visibilidade no mercado podem não alcançar os resultados esperados.

A própria tipologia de efeitos proposta por Barjolle e Sylvander (2002) evidencia que impactos mais profundos — como melhorias na governança ou valorização cultural — requerem tempo, engajamento coletivo e investimentos estruturantes. Além disso, conforme sistematizado pela FAO (2018; 2021), a mensuração dos efeitos econômicos de primeira ordem, como incremento no faturamento e diversificação de mercados, deve ser acompanhada de análises sobre a distribuição desses ganhos ao longo da cadeia, sob o risco de que a IG se converta em um instrumento de concentração de valor nos elos mais capitalizados. Esses elementos reforçam a necessidade de abordar as IGs não apenas como instrumentos técnicos de diferenciação, mas como construções sociais complexas que exigem governança, monitoramento contínuo e políticas públicas integradas para que seus efeitos sejam efetivos, inclusivos e sustentáveis.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de Indicação Geográfica envolve a associação de produtos a territórios específicos, vinculando fatores naturais e culturais. O termo *terroir* sintetiza essa ideia, articulando solo, clima, biodiversidade e saberes locais. Globalmente, existem mais de 58 mil IGs registradas, com destaque para a Europa e a Ásia, regiões que transformaram esse mecanismo em políticas públicas consolidadas. No Brasil, as IGs dividem-se em Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO), ambas regulamentadas pelo INPI.

Pesquisas indicam que os efeitos econômicos das IGs podem ser analisados em três ordens: impactos diretos (preço, volume de vendas, renda do produtor), impactos indiretos (investimentos, organização institucional, articulação com políticas públicas) e impactos de terceira ordem (desenvolvimento territorial, preservação ambiental, turismo e fortalecimento da identidade cultural). A FAO (2018; 2021) consolidou modelos de avaliação que têm orientado pesquisas em diversos países. No Brasil, a Embrapa (Mello et al., 2014) e o Sebrae (2020) adaptaram instrumentos para mensurar efeitos em cadeias agroalimentares específicas, incluindo o cacau.

As IGs constituem um instrumento coletivo para a valorização de produtos tradicionais associados a territórios específicos, com as funções de agregar valor e proteger a região produtora (Sebrae, 2025). Além de fomentar a transformação das tradições, culturas e da biodiversidade em experiências únicas, as IGs têm potencial para impulsionar o desenvolvimento local e promover inclusão produtiva e econômica.

Contudo, o potencial transformador das IGs pode não se concretizar plenamente. Em diversos casos, observa-se que as expectativas de geração de valor, inclusão social e sustentabilidade não se realizam como previsto, evidenciando desafios na ativação do círculo virtuoso da qualidade vinculada à origem (Belletti, 2021).

O projeto propõe mensurar os impactos de duas IGs de cacau: Tomé-Açu (PA) e Rondônia (RO). O cacau é um produto estratégico para o Brasil, quinto maior consumidor mundial de chocolate, com cerca de 600 mil hectares cultivados por aproximadamente 75 mil produtores, dos quais 60% são agricultores familiares (Brasil, 2022). O parque moageiro

nacional processa mais de 300 mil toneladas de amêndoas por ano – quantidade superior à produção nacional –, o que obriga o país a importar cacau, especialmente da África, sendo atualmente o único produtor e importador do grão.

O Pará é o maior produtor de cacau da Amazônia, com mais de 138 mil toneladas colhidas em cerca de 162 mil hectares, e apresenta o segundo melhor rendimento médio nacional (856 kg/ha), atrás apenas de Minas Gerais (915 kg/ha) (IBGE, 2023). Já em Rondônia, a produção é majoritariamente baseada na agricultura familiar e em sistemas agroflorestais, com 10% das áreas produtivas resultantes da recuperação de áreas degradadas. O estado ocupa a quarta posição nacional em produtividade (680 kg/ha) (IBGE, 2023).

O desenvolvimento regional, entendido como um processo de transformação social, econômica, cultural e política, é central para a compreensão da dinâmica dos setores produtivos locais. A relevância social deste projeto reside no mapeamento e fortalecimento dos atores da agricultura familiar amazônica, valorizando saberes tradicionais e estimulando práticas cooperativas e sustentáveis. No campo científico, este estudo contribui com os fundamentos do desenvolvimento endógeno e da reterritorialização (Saquet, 2009; OMPI, 2020; Rocha Filho, 2009), ao buscar compreender as dinâmicas socioeconômicas das IGs e reforçar os laços de solidariedade territorial. A pesquisa se ancora na literatura de IGs como instrumento de identidade, sustentabilidade e governança (Zambon & Dona, 2019; 2024; Aguiar et al., 2021; Niederle et al., 2017; Maiorki & Dallabrida, 2015; Valente, 2012; Froehlich et al., 2010).

Espera-se que a pesquisa contribua para sistematizar informações sobre as cadeias produtivas do cacau amazônico com IG, identificar canais de comercialização e seus efeitos, mensurar impactos em termos de preços, renda e competitividade, e propor recomendações para ampliar a inserção do cacau amazônico em mercados diferenciados. Além disso, almeja-se fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e da economia regional na Amazônia.

## AValiação de Indicações Geográficas

### I. Framework FAO

Diante do crescente interesse por mecanismos que promovam o desenvolvimento territorial sustentável, torna-se fundamental adotar modelos de avaliação capazes de capturar, de forma estruturada, tanto os resultados econômicos diretos quanto os efeitos mais abrangentes das Indicações Geográficas (IGs) sobre os territórios onde estão inseridas. Nesse contexto, destaca-se o modelo metodológico desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), reconhecido como uma das principais referências internacionais na mensuração e interpretação dos efeitos gerados por esse tipo de certificação.

A proposta da FAO apresenta um framework que transcende a simples mensuração de resultados econômicos, oferecendo uma abordagem teórica abrangente que considera as múltiplas dimensões envolvidas nas Indicações Geográficas (IGs) — econômicas, sociais, culturais, ambientais e institucionais. Essa perspectiva é sustentada por diferentes correntes da literatura. Barjolle e Sylvander (2002) foram pioneiros ao tratar as IGs como instrumentos capazes de catalisar o desenvolvimento territorial, destacando a importância da articulação entre os recursos específicos de um território, o capital institucional disponível e a construção de uma governança coletiva eficiente. Posteriormente, Vandecandelaere et al. (2010) reforçaram essa visão ao incorporarem explicitamente as dimensões culturais, ecológicas e sociais no processo de avaliação das IGs, valorizando a origem como um elemento distintivo de qualidade.

Belletti e Marescotti (2011) aprofundaram essa análise ao explorarem o papel das IGs na reestruturação das cadeias produtivas, no estímulo à inovação coletiva e na criação de vínculos cooperativos entre os agentes da cadeia de valor. Mais recentemente, os mesmos autores (Belletti; Marescotti, 2021) lideraram a sistematização metodológica da FAO, desenvolvendo

um guia detalhado para a avaliação dos impactos das IGs em diferentes níveis. Além disso, a FAO tem produzido diversas publicações sobre o tema, consolidando uma abordagem integrada e multidimensional, que orienta tanto a implementação quanto o monitoramento das IGs com foco no desenvolvimento sustentável dos territórios.

O modelo da FAO está estruturada em duas grandes abordagens complementares: análise prospectiva e análise retrospectiva. A análise prospectiva ocorre antes do reconhecimento formal da IG e tem como objetivo avaliar sua viabilidade, considerando um conjunto de fatores interdependentes, tais como a existência de práticas produtivas tradicionais, a qualidade singular dos recursos naturais, a coesão social dos atores locais, o grau de organização institucional, o acesso a mercados e o potencial de diferenciação vinculado à origem. Essa fase permite antever riscos, identificar oportunidades e estruturar estratégias que maximizem os benefícios esperados com a certificação. Conforme argumentado por Barjolle e Sylvander (2002), a viabilidade e o sucesso de uma IG dependem diretamente da capacidade de mobilização dos recursos territoriais e da constituição de um sistema de governança participativo e eficaz.

A análise retrospectiva, por sua vez, é conduzida após a implementação da IG e assume caráter estratégico, contínuo e interpretativo. Sua função ultrapassa a medição de resultados pontuais, buscando compreender as transformações estruturais provocadas ao longo do tempo no território, na cadeia produtiva e nas relações institucionais. Avaliar, conforme apontam Belletti e Marescotti (2021), significa interpretar os processos, as dinâmicas territoriais e os impactos de médio e longo prazo associados à presença da IG. Essa análise considera o contexto local e o modo como a certificação se integra às práticas produtivas, às redes sociais e às políticas públicas, permitindo uma leitura mais densa dos seus efeitos.

Para organizar e orientar essa análise, a FAO propõe a identificação dos chamados efeitos de primeira, segunda e terceira ordem, os quais expressam níveis crescentes de profundidade, abrangência e complexidade dos impactos gerados. Os efeitos de primeira ordem referem-se aos resultados diretos da implementação da IG e se manifestam principalmente no nível produtivo e mercadológico. Incluem a adesão dos produtores ao Caderno de Especificações (CoP), o uso efetivo do selo, o volume e valor da produção certificada, bem como o desempenho de vendas nos diversos mercados e canais de comercialização. Esses efeitos são fundamentais para validar economicamente a IG e para estimular sua adoção por parte dos atores locais (Belletti; Marescotti, 2021).

Os efeitos de segunda ordem envolvem transformações intermediárias, relacionadas à consolidação da IG como arranjo produtivo estruturado. Compreendem melhorias na performance econômica dos produtores, como estabilidade de preços e rendas, acesso a novos mercados e canais de comercialização, além da indução de investimentos, adoção de inovações tecnológicas e fortalecimento da governança coletiva. Também são observadas mudanças na estrutura da cadeia produtiva, como a verticalização de etapas, a especialização de agentes e a institucionalização de práticas colaborativas, que contribuem para a eficiência do sistema como um todo (Belletti; Marescotti, 2011; 2021).

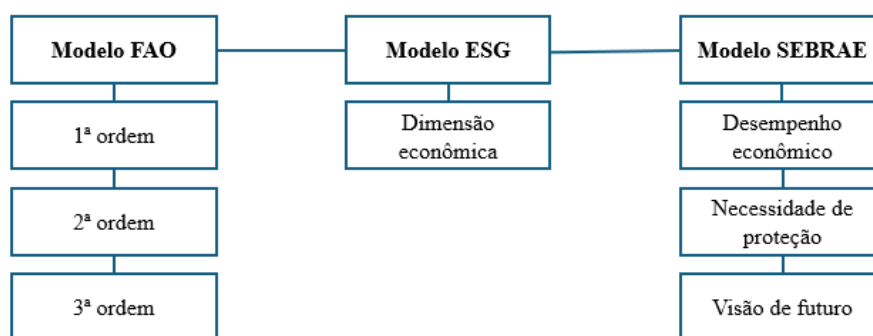
Já os efeitos de terceira ordem abrangem impactos mais amplos e duradouros sobre o território. Esses efeitos extrapolam os limites da cadeia produtiva e se expressam na dinamização de atividades econômicas complementares — como o turismo rural, a gastronomia regional e a valorização de saberes locais —, na preservação ambiental e na promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis. Também incluem o fortalecimento da identidade cultural, a valorização do patrimônio imaterial, a coesão social e o aumento da resiliência das comunidades envolvidas. Trata-se, portanto, de um nível de impacto que vincula a IG aos objetivos mais amplos do desenvolvimento territorial sustentável (Vandecastelaere et al., 2010; Belletti; Marescotti, 2021).

## II. INTEGRAÇÃO DE OUTROS MODELOS

Além da adoção do modelo proposto por Belletti; Marescotti (2021), para a FAO, como eixo central para a estruturação da análise dos efeitos econômicos nas Indicações Geográficas, esta pesquisa incorpora, de forma complementar e integrada, dois referenciais metodológicos que enriquecem e ampliam a capacidade analítica da avaliação proposta. A incorporação desses modelos responde à necessidade de adotar olhares complementares, capazes de aprofundar a análise especialmente na dimensão econômica, elemento considerado crítico para a sustentabilidade da IG e, conseqüentemente, para a manifestação dos efeitos de segunda e terceira ordem. Nesse sentido temos

Somados à Metodologia de Avaliação de Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais da Embrapa e ao Modelo de Avaliação de Resultados do SEBRAE, teremos uma abordagem metodológica robusta que dialoga com as dimensões de desenvolvimento territorial e governança, além de reforça a análise dos efeitos econômicos como condição necessária para a efetividade dos demais impactos associados às IGs. A seguir, detalham-se as características e as contribuições específicas de cada um desses modelos no escopo desta pesquisa (Figura 1).

Figura 1 – Integração de Modelos



Fonte: Os autores

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com triangulação de métodos a partir de realizadas revisão bibliográfica, análise documental, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários junto a produtores, cooperativas e instituições envolvidas nos processos de IG em Tomé-Açu e Rondônia. O objetivo foi captar percepções sobre os impactos econômicos, sistematizar informações disponíveis e comparar os resultados obtidos com modelos de avaliação consolidados (FAO, ESG e Sebrae). A metodologia buscou integrar dados qualitativos e quantitativos, assegurando robustez à análise.

### CONTEXTO DO CACAU AMAZÔNICO

O cacau cultivado na Amazônia apresenta características singulares em razão de fatores edafoclimáticos, da biodiversidade regional e das práticas agroflorestais desenvolvidas ao longo de décadas. Em Tomé-Açu, a presença da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA) e a influência da imigração japonesa foram determinantes para a introdução e disseminação dos sistemas agroflorestais, reconhecidos como referências nacionais e internacionais. Já em Rondônia, o avanço da cacauicultura contou com a atuação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e da Associação de Cacaucultores, que viabilizaram processos de capacitação técnica, organização coletiva e fortalecimento institucional.

Essas iniciativas resultaram em dois registros de Indicação Geográfica: Cacau de Tomé-Açu (Pará) e Rondônia Cacau. Ambos os casos representam conquistas importantes para a agricultura familiar e para a economia regional, na medida em que articulam governança,

sustentabilidade e diferenciação mercadológica. O desafio, contudo, está em avaliar se os efeitos econômicos se materializam em aumento de renda, valorização do produto, ampliação dos canais de comercialização e fortalecimento territorial.

Embora as IGs sejam reconhecidas como instrumentos de diferenciação, permanece em aberto a questão de seus impactos concretos sobre as economias locais. Estudos qualitativos sugerem benefícios em termos de reputação, visibilidade e organização coletiva, mas ainda faltam dados sistemáticos sobre indicadores como preço médio pago ao produtor, evolução da renda, aumento do faturamento e inserção em mercados diferenciados. A pergunta central que norteia esta pesquisa é: até que ponto as Indicações Geográficas do cacau na Amazônia contribuem para a agregação de valor mercadológico e para a competitividade territorial?

O objetivo geral deste trabalho é analisar os efeitos econômicos das IGs Cacau de Tomé-Açu (PA) e Rondônia Cacau (RO), considerando sua influência nos mercados e na agregação de valor. Os objetivos específicos consistem em mapear a cadeia produtiva do cacau amazônico, aplicar modelos de avaliação econômica de IGs, mensurar efeitos diretos e indiretos em termos de preços, renda e inserção mercadológica, além de propor estratégias que fortaleçam a competitividade do setor e assegurem a distribuição equitativa dos benefícios entre os produtores.

O cacau amazônico reúne atributos que o diferenciam em nível nacional e internacional: sabor característico, origem territorial reconhecida, práticas agrofloretais sustentáveis e preservação da biodiversidade. No entanto, para que esse potencial se traduza em desenvolvimento socioeconômico, é necessário compreender os efeitos reais da certificação.

Essa análise se mostra fundamental para subsidiar políticas públicas, orientar instituições de apoio, fortalecer a governança local e consolidar a reputação do cacau amazônico como produto de excelência. Além disso, trata-se de um tema ainda pouco explorado na literatura acadêmica brasileira, o que justifica sua relevância científica.

## REFERENCIAS

BELLETTI, Giovanni; MARESCOTTI, Andrea. *Evaluating geographical indications: guide to tailor evaluations for the development and improvement of geographical indications*. Rome: FAO, 2021.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Strengthening sustainable food systems through geographical indications: An analysis of economic impacts*. Rome: FAO, 2018.

FAO; ORIGIN. *Developing a roadmap towards increased sustainability in geographical indication systems*. Rome: FAO, 2024.

FARINA, E. M. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D.; NUNES, R. Competitividade e coordenação de MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. *Produtos com Indicação Geográfica*. Brasília: MAPA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura>. Acesso em: 4 abr. 2025.

SEBRAE. *Diagnóstico técnico para avaliação do potencial de Indicação Geográfica do Cacau da Região Central de Rondônia*. Porto Velho: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2020.

SEBRAE. *Painel de Indicações Geográficas (IGs) no Brasil*. Disponível em: <https://dataSEBRAE.com.br>. Acesso em: 7 jun. 2025.

SOUZA, L.; PEREIRA, M.; RODRIGUES, F. Signos Distintivos Territoriais e Indicação Geográfica: Base Teórica e uma Proposta Metodológica para Avaliação de Experiências. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 7, n. 3, 2024.